



12

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

## Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2006/2007 -

### Faculdade

Direito

### Licenciatura

Direito

### Unidade Curricular

Direito da União Europeia

Ano: 2.º

Tipo: 2.º Semestre

Nº ECTS: 6

### Regente

Prof. Doutor Joaquim Marques de Ascensão

### Assistente

Dra. Teresa Leal Coelho

### Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: 2

Aulas Práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

### Língua de Ensino

Português

### Objectivos Gerais

Num ambiente multidisciplinar do curso, o objectivo geral é a compreensão do fenómeno da Comunidade Europeia e da União Europeia e a sua ordem jurídica.

### Objectivos Específicos

O enquadramento histórico-geográfico e a identificação dos objectivos da Comunidade e da União Europeia criam o ambiente propício à compreensão das fontes do Direito Comunitário e da União, da estrutura orgânica e funcionamento das Instituições, do âmbito material das atribuições comunitárias, e finalmente, à relação entre normas comunitárias e normas nacionais.



12/

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

### Competências a adquirir

No final do curso o aluno deverá conhecer as matérias definidas nos objectivos podendo, com orientação, desenvolver pontos específicos do programa.

### Metodologia de Ensino

O sistema clássico de oralidade, e interacção professor/aluno para cumprimento dos objectivos. Aplicação do método discursivo e analítico.

### Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

Direito Comunitário I

A Integração Europeia e o Direito Comunitário.

1. Enquadramento histórico-geográfico da integração europeia:
  - 1.1. A perspectiva da cooperação e sua evolução.
  - 1.2. A perspectiva da integração.
    - 1.2.1. A criação das Comunidades Europeias.
    - 1.2.2. O Aprofundamento e o Alargamento.
2. Noção de direito comunitário: direito europeu e direito comunitário.

I Parte

Direito Comunitário e ordem Jurídica Comunitária

Capítulo I – As fontes do Direito Comunitário

Secção 1 – O Direito Originário

1. Os Tratados:
  - 1.1. Tratados Institutivos.
  - 1.2. Tratados de Revisão e de Adesão.
2. A especificidade dos tratados comunitários:
  - 2.1. Distinção dos Tratados Institutivos de Organizações Internacionais clássicas; diferenciação das Constituições dos Estados Federados.
  - 2.2. A revisão dos tratados. Limites formais e limites materiais.

Secção 2 – O Direito Derivado

1. Enquadramento geral no âmbito das Comunidades.
2. Actos típicos e actos atípicos

Secção 3- O Direito Convencional



14/

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

1. A personalidade e a capacidade jurídica das Comunidades.

2. Os acordos internacionais:

### Secção 4 – A Jurisprudência

1. A jurisprudência comunitária e sua importância na construção da ordem jurídica comunitária.

2. As competências:

### Secção 5 – Os princípios gerais de Direito

### Secção 6 – Outras fontes de Direito Comunitário

1. A doutrina

2. O costume

## Capítulo II – A Ordem Jurídica Comunitária

### Secção I – As relações entre o Direito Comunitário e o Direito Interno dos Estados membros

1. A autonomia do Direito Comunitário

2. A incorporação do Direito Comunitário na ordem jurídica dos Estados membros.

- A Aplicabilidade Directa

- O Efeito Directo

- O Primado do Direito Comunitário sobre as ordens jurídicas nacionais.

### Secção II – A Natureza Jurídica das Comunidades Europeias e da União Europeia.

As Teses em confronto: A Tese Federal, a Tese Supranacional, a Tese Internacional e a Tese Estadual. Posição adoptada.

## II Parte

Os principais ramos de Direito Comunitário

### Capítulo I – Direito Institucional

A estrutura orgânica das Comunidades Europeias e da União Europeia.

### Secção I – Os Órgãos das Comunidades Europeias

### Secção II – As estruturas da União Europeia

## Capítulo II – Direito material e políticas comunitárias





15

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Secção I – O Regime Jurídico do mercado interno. As quatro liberdades.

1. O direito de estabelecimento como corolário. Sua problemática atento o direito das Sociedades.

Secção II – O Direito da Concorrência

1. Regras gerais e seu fundamento.
2. Regras aplicáveis aos acordos entre empresas
3. Regras aplicáveis aos auxílios de Estado

Secção III - Políticas Comunitárias e fundos estruturais. Enquadramento geral e relevância jurídica.

### Bibliografia Principal

#### Autor(es)

Campos, João Motta de

#### Título

Manual de Direito Comunitário

#### Edição

4.<sup>a</sup>

#### Local

Lisboa

#### Editora

Fundação Calouste Gulbenkian

#### Ano

2004

#### Autor(es)

Ramos, Rui Moura

#### Título

Tratado da União Europeia e da Comunidade Europeia

#### Edição

3.<sup>a</sup>

#### Local

Coimbra



15

## UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

**Editora**

Almedina

**Ano**

2006

**Bibliografia Complementar****Autor(es)**

Ascensão, Joaquim Marques de

**Título**

Colectânea de Jurisprudência

**Edição**

2.<sup>a</sup>

**Local**

Lisboa

**Editora**

Mediateca U. Lusíada - Doc. 6

**Ano**

2006

**Autor(es)**

Gavalda, Christian e Gilbert Parleani

**Título**

Traité de Droit Communautaire des Affaires

**Edição**

12.<sup>a</sup>

**Local**

Paris

**Editora**

Éditions Litec

**Ano**

1992



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

112

**Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes**

A constante do Regulamento e sua interpretação oficial

**Recursos Didáticos**

Sala adequada e biblioteca

**Palavras-chave**

Europa, Comunidade, Estrutura, Áreas.